

## ITINERÁRIOS DA PESQUISA PÓS-ESTRUTURALISTA EM EDUCAÇÃO

Reginaldo Santos Pereira<sup>1</sup>  
Nilson Fernandes Dinis<sup>2</sup>

### RESUMO

Os estudos pós-estruturalistas trazem importantes contribuições para a educação contemporânea. Neles localizamos um referencial teórico e epistemológico que problematiza as noções de sujeito, as verdades universais, os metarrelatos, as concepções de identidade, as práticas sociais e culturais, discursivas ou não discursivas, as quais estão imersas nas relações de saber e poder. O artigo objetiva analisar o papel da crítica pós-estruturalista para as pesquisas educacionais e tecer um itinerário sobre suas diretrizes metodológicas. Discute-se a ferramenta *arqueogenealógica* foucaultiana como diretriz orientadora das investigações no campo da educação, a qual pode subverter as prescrições e normatizações dos modelos tradicionais de construção e interpretação dos dados da pesquisa e, ao mesmo tempo, possibilita cartografar outras formas de constituição de saberes.

**Palavras-chave:** Educação. Pesquisa. Pós-Estruturalismo.

## ITINERARIES OF POST-STRUCTURALISM RESEARCH IN EDUCATION

### ABSTRACT

The post-structuralist studies bring important contributions to contemporary education. On t we locate a theoretical and epistemological reference that questions the notions of subject, universal truths, metanarratives, the concepts of identity, social and cultural practices, discursive or non-discursive ones, which are immersed in the relations of knowledge and power. This article aims to analyze the role of post-structuralist criticism for educational research and build a journey on its methodological guidelines. It discusses foucauldian *archo-genealogical* tool as a guidance for research in the field of education, which can subvert the regulations and norms of traditional models of construction and interpretation of research data and, at the same time, makes it possible to map other forms of knowledge constitution.

**Keywords:** Education. Research. Post-Structuralism.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Departametro de Ciências Humanas, Educação e Linguagem (DCHEL) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga. Doutor em Educação (UFSCar). Email: reginaldousesb@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Email: ndinis@ufscar.br

*Toda e qualquer pesquisa nasce precisamente da insatisfação com o já-sabido. [E é preciso colocar] em funcionamento outra máquina de pensar, de significar, de analisar, de desejar, de atribuir e produzir sentidos, de interrogar em que sentido há sentidos .*  
Sandra Corazza (2007)

A problemática de pesquisa surge de uma inquietação epistemológica, de uma busca que coloca em disputa as relações de saber e poder que podem abalar nossas crenças, princípios e práticas sobre determinado objeto. O problema de pesquisa não é uma simplória descoberta, um achado extraordinário, ele está engendrado nos emaranhados e labirintos das vivências e reflexões teóricas construtivas e *destrutivas* das concepções enraizadas em todo o processo formativo do pesquisador.

Conforme afirma Corazza (2007) o problema de pesquisa nasce a partir de atos de rebeldia e insubmissão, das pequenas revoltas com o instituído e aceito, do desassossego em face das verdades tramadas. Para que uma problematização de pesquisa se efetive despida de pré-conceitos (com o seu campo teórico e com os próprios sujeitos da pesquisa) se requer do pesquisador uma nova postura epistemológica e pós-identitária. Nesse estudo, consideramos que a crítica dos estudos pós-estruturalistas<sup>3</sup> em educação e suas concepções de conhecimento, pesquisa, sujeito e mundo provocam deslocamentos e travessias importantes nos labirintos da pesquisa educacional.

De acordo com as reflexões de Corazza, para a problematização de pesquisa efetivar-se é preciso:

Exercitar a suspeição sobre a própria formação histórica que nos constitui e constitui, e interrogá-la sobre se tudo o que dizemos é tudo o que pode ser dito, bem como se aquilo que vemos é tudo o que se pode ver. Os instrumentos para a constituição de um problema de pesquisa – com os quais montamos as estratégias e táticas dessa guerrilha de suspeição – não podem ser outros que os das teorizações que já foram produzidas. Por isso, a nosso modo e com nossos limites, temos o dever de nos apropriar – pela via do estudo – dos territórios teóricos e com eles

---

<sup>3</sup> Segundo Silva (2011) o Pós-estruturalismo, como categoria descritiva, foi, provavelmente, inventado na universidade estadunidense. Trata-se de uma categoria bastante ambígua e indefinida, servindo para classificar um número sempre variável de autores e autoras, bem como uma série também variável de teorias e perspectivas. A lista invariavelmente inclui Foucault e Derrida. A partir daí, entretanto, há pouca unanimidade, cada analista fazendo a sua própria lista inclui Deleuze, Guattari, Kristeva, Lacan, entre outros. Ele define-se como a rejeição da dialética tanto hegeliana quanto marxista, radicaliza a crítica do sujeito do humanismo e da filosofia da consciência feita pelo estruturalismo e problematiza as pretensões de conscientização, emancipação e liberação crítica.

estabelecer interlocuções, ao mesmo tempo em que vamos estabelecendo as teorias [...]. Depois de termos problematizado o objetivo de pesquisa, ele precisa ser como que *limpo* de todas as teorizações que o forjaram, para que novas teorizações – que são agora de nossa responsabilidade – resultem de seu manejo. É então que saltamos das pontes (CORAZZA, 2007, p. 116-117).

Eis, portanto, o nosso desafio na pesquisa pós-crítica: impregnar-nos das teorizações, criarmos “problemas” e outras teorizações. Então saltamos da ponte para aventurar-nos na desterritorialização do ato de pesquisar, visto que a elaboração de uma investigação com orientação pós-estruturalista “[...] é um exercício de problematização sobre um corpo sem órgãos a ser construído; e é no ponto mais alto dessa problematização que um problema pode adquirir a discernibilidade mais intensa na apreensão instantânea dos múltiplos que lhe pertencem e aos quais ele pertence” (SILVA, 2004, p. 44).

A imersão nos *labirintos* da pesquisa dos estudos da crítica pós-estruturalista em educação, por exemplo, pode redefinir e problematizar nossas concepções de educação, cultura, identidade, pedagogia, currículo, avaliação, dentre outras que foram consolidadas durante nosso percurso acadêmico e formativo. Mas, de onde advêm os estudos pós-estruturalistas? Que concepção de sujeito deriva de tais estudos? Quais contribuições podemos extrair desses estudos para a compreensão da educação? Qual itinerário metodológico orienta esse tipo de pesquisa?

Para responder a tais questionamentos traçamos a seguir uma breve revisão dos movimentos que precederam o pós-estruturalismo, tais como o modernismo, o pós-modernismo, o estruturalismo e seus respectivos objetos teóricos. Em seguida, apresentamos a *arqueogenealogia* foucaultiana como possível itinerário para a pesquisa pós-crítica em educação. Objetivamos nesta tarefa entrelaçar o diálogo entre os autores pós-estruturalistas, tendo em vista localizar o campo da educação como espaço promissor para a investigação e problematização científicas.

Em linhas gerais, os estudos pós-estruturalistas consideram como seu campo teórico o estruturalismo, enquanto o pós-modernismo toma como seu objeto o modernismo. Apesar de serem frequentemente confundidos, tais movimentos necessitam ser distinguidos, pois possuem preocupações teóricas diferentes que estão vinculadas a suas respectivas genealogias históricas.

Localizamos na obra de Michael Peters (2000) *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – uma introdução*, importante contribuição para compreensão dos dois conjuntos

binários: modernismo/pós-modernismo e estruturalismo/pós-estruturalismo. Vale ressaltar que tais termos não são fixos ou estáveis, pois têm-se modificado historicamente a partir das interpretações e significados teóricos. Iniciamos com o termo modernismo. Para esse autor, o termo modernismo possui duas acepções:

De acordo com a primeira, o termo refere-se aos movimentos artísticos dos meados do final do século XIX; a segunda acepção é histórica e filosófica, fazendo referência ao termo “moderno” e significando “modernidade” – a época que se segue à época medieval [...]. O termo “modernismo”, no primeiro sentido, de referência a transformações no campo das artes, a partir do fim do século XIX, é utilizado, tipicamente, para caracterizar um estilo no qual o artista rompe, deliberadamente, com os métodos clássicos e tradicionais de expressão baseados nos pressupostos do realismo e do naturalismo [...]. Por outro lado, o modernismo pode ser visto, na filosofia, como um movimento baseado na crença no avanço do conhecimento, desenvolvido a partir da experiência e por meio do método científico. Seu auge se dá, provavelmente, com a filosofia “crítica” de Immanuel Kant e com a ideia de que o avanço do conhecimento exige que as crenças tradicionais sejam submetidas à operação da crítica (PETERS, 2000, p. 12-13).

Esse autor também analisa que o movimento intitulado pós-modernismo tem assim, dois significados gerais, relacionados aos dois sentidos do termo modernismo:

Ele pode ser utilizado, esteticamente, para se referir, especificamente, às transformações nas artes, ocorridas após o modernismo ou em reação a ele; ou em um sentido histórico e filosófico, para se referir a um período ou a um *ethos* – a “pós-modernidade”. No segundo sentido, pode-se argumentar que ele representa uma transformação da modernidade ou uma mudança radical no sistema de valores e práticas subjacentes à modernidade (PETERS, 2000, p. 13-14).

É importante destacar a referência teórica para o entendimento do contexto *pós-moderno* que se situa em uma das mais discutidas definições elaboradas pelo pensador pós-estruturalista Jean-François Lyotard (2002) que, em sua obra *A condição pós-moderna*, discute sistematicamente as definições do pós-modernismo, que na sua compreensão tem por objeto de estudo a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. De forma simplificada, considera-se “pós-moderna” a incredulidade em relação aos metarrelatos. Lyotard também ressalta que “[...] o saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes. Ele aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável” (LYOTARD, 2002, p. xvii).

De outro lado, destacam-se as contribuições de Louro (2008) quando metaforicamente faz referência aos *Viajantes pós-modernos*. Para essa autora,

Na pós-modernidade, parece necessário pensar não só em processos mais confusos, difusos e plurais, mas, especialmente, supor que o sujeito que viaja é, ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante. É possível pensar que esse sujeito também se lança numa viagem, ao longo de sua vida, na qual o que importa é o andar e não o chegar. Não há lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto (LOURO, 2008, p. 13).

Outra contribuição para análise do conjunto binário moderno/pós-moderno encontramos nos estudos de Tomaz Tadeu da Silva (2011) em sua obra *Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo*, o qual traça um mapeamento das teorias curriculares que vão desde as chamadas tradicionais, às críticas e pós-críticas. Nesse estudo, o autor tece considerações significativas para o entendimento do contexto pós-moderno. Para ele, o pós-modernismo não representa uma teoria coerente e unificada, mas um conjunto variado de perspectivas e abrange uma diversidade de campos intelectuais, políticos, estéticos e epistemológicos.

A partir das ideias de Silva (2011) podemos destacar a centralidade das seguintes questões problematizadas pelo pós-modernismo: a) tem uma desconfiança profunda das pretensões totalizantes de saber do pensamento moderno, o qual é adepto das grandes narrativas; b) questiona as noções de razão e de racionalidade que são fundamentais para a perspectiva iluminista da Modernidade e; c) reserva um de seus ataques ao sujeito racional, livre, autônomo, centrado e soberano da modernidade.

Veiga-Neto (2007), ao problematizar os *olhares* do cenário pós-moderno, argumenta que “[...] uma perspectiva pós-moderna não quer demonstrar uma verdade sobre o mundo nem quer defender uma maneira privilegiada de analisá-lo. Isso significa assumir uma humildade epistemológica que nunca esteve presente no pensamento iluminista” (p. 34). Decorre daí, que, por exemplo,

Ao invés de se partir das determinações econômicas para explicar o mundo social, outras variáveis são trazidas para o tabuleiro do jogo: etnia, religião, gênero, idade, cultura, características corporais, desejos, fantasias, etc. Isso não é feito para dizer que as determinações econômicas não sejam importantes, ou que sejam menos importantes do que outras determinações, ou que tudo se equivale, mas, sim, para lembrar que as determinações não guardam sempre posição hierarquizada e estável entre si (VEIGA-NETO, 2007, p. 36).

Em uma análise bem diagramada acerca do pensamento de Foucault e a educação, na obra *Crítica pós-estruturalista e educação*, Veiga-Neto (1995) adverte que as promessas

feitas pelo pensamento iluminista – de emancipação e liberdade social e política como resultados do uso da razão – mais do que nunca tem se mostrado distantes. Nas palavras desse autor:

Abandonar as metanarrativas iluministas implica, então, puxar o tapete sobre o qual se assenta a escola moderna ou se assentam, pelo menos, nossos discursos sobre *o que é e para que serve* a educação escolarizada. Ao dar as costas para as metanarrativas iluministas, o pós-moderno nega as essências e o pensamento totalizante e, assim, implode a razão moderna não para destruí-la, mas, sim, para deixá-la nos cacos de pequenas razões particulares [...] (VEIGA-NETO, 1995, p. 9, grifos do autor).

Mas seria o discurso pós-moderno radical ou irracional? A perspectiva pós-moderna afasta-se das grandes categorias em que foi assentada a razão iluminista? Para compreender tais questionamentos, é válido entender que,

De qualquer maneira, ainda que abandone as grandes categorias iluministas – o Sujeito, a Razão, a Totalidade, o Progresso, etc. – o pós-moderno não se despede da racionalidade, mas, antes, a subordina a um *a priori* histórico e, assim fazendo, desloca a razão *da* transcendência *para* a contingência. Ora, ao fazer esse deslocamento, o pós-moderno não filosofa *sobre* o mundo concreto, isso é, não parte do pensamento para entender o mundo. O que ele tenta fazer, então, é edificar um pensamento *a partir do* mundo ou daquilo que entendemos como sendo o mundo (VEIGA-NETO, 1995, p. 10).

Silva (2011) também enfatiza que para o pós-modernismo o sujeito é fragmentado e dividido. Argumenta que na perspectiva pós-modernista, “[...] inspirada nos *insights* pós-estruturalistas, o sujeito não é o centro da ação social. Ele não pensa, fala e produz: ele é pensado, falado e produzido. Ele é dirigido a partir do exterior: pelas estruturas, pelas instituições, pelo discurso” (SILVA, 2011, p. 113-114). Localizamos no pensamento desse autor como ele traduz contextualmente o ideário pós-modernista:

O pós-modernismo não se limita, entretanto, a atacar os fundamentos do pensamento moderno. Inspirado por sua vertente estética, o pós-modernismo tem um estilo que em tudo se contrapõe à linearidade e à aridez do pensamento moderno [...]. O pós-modernismo não apenas tolera, mas privilegia a mistura, o hibridismo e a mestiçagem – de culturas, de estilos, de modos de vida. O pós-modernismo prefere o local e o contingente ao universal e ao abstrato. O pós-modernismo inclina-se para a incerteza e a dúvida, desconfiando profundamente da certeza e das afirmações categóricas [...]. Pode-se, inclusive, observar a emergência de uma identidade que se poderia chamar de pós-moderna: descentrada, múltipla, fragmentada (SILVA, 2011, p. 114).

A partir do cenário pós-moderno é relevante destacar a discussão acerca das identidades, as quais são problematizadas pelos estudos de Stuart Hall (2011)<sup>4</sup> e contextualizam as principais concepções de identidade que estão surgindo e deixando o sujeito moderno fragmentado e descentrado. Para esse autor,

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas [...]. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções [...]. À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2011, 12-13).

Esse *novo* sujeito, portanto, não tem uma identidade fixa, imutável, ele é mulher, homem, índio, negro, homossexual, transexual, bissexual e ganha visibilidade no cenário das investigações problematizadas tanto pela matriz teórica pós-estruturalista, quanto pelos Estudos Culturais<sup>5</sup>. Esse sujeito é também, por exemplo, a professora, coordenadora, diretora da escola, é a criança que estuda, brinca, chora e balbucia. É a criança que com suas infâncias, a sociedade, a escola, o adulto e a pedagogia modernas com seu saber-poder que lhe imprimiram normatizações do que deve ser, fazer e saber. Esse sujeito criança, que denominaram infantil, também é negra, índia, branca, menino, menina que constitui suas identidades nas múltiplas práticas culturais, as quais não estão dissociadas das relações de saber e poder.

---

<sup>4</sup> Hall (2011) distingue três concepções de identidade ligadas ao sujeito do Iluminismo, ao sujeito sociológico e ao sujeito pós-moderno. O primeiro está ligado a uma concepção de indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, o “eu” que definia sua identidade. O sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno, não autônomo, formado nas relações com outras pessoas, o que delineou a concepção clássica de que a identidade é formada da “interação” entre o eu e a sociedade. Por sua vez, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade unificada e estável, mas está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, ela é definida historicamente e não biologicamente, afinal “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (p. 13).

<sup>5</sup> Os Estudos Culturais (EC) têm como questão central a problematização acerca das noções de cultura que “transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um outro eixo de significados em que se abre um amplo leque dos sentidos cambiantes e versáteis. Cultura deixa, gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa contemplar, também, o gosto das multidões. Em sua flexão plural – *culturas* – e adjetivado, o conceito incorpora novas e diferentes possibilidades de sentido (COSTA; SILVEIRA; SOMER, 2003, p. 36).

Depois de apontadas as diferenças entre o conjunto binário modernismo/pós-modernismo, apresentamos a seguir as aproximações e distinções entre estruturalismo/pós-estruturalismo, para posteriormente localizarmos o nosso objeto de estudo no campo teórico da orientação analítica da crítica pós-estruturalista. Para tanto, buscamos responder as seguintes questões: Como surge o estruturalismo e pós-estruturalismo? Quais as diferenças e convergências demarcam historicamente as ideias do estruturalismo e pós-estruturalismo? Em qual campo teórico e epistemológico deu-se a emergência dos estudos pós-estruturalistas e quais seus principais teóricos?

Ao focalizarmos as origens do estruturalismo, é variável precisar quanto ao seu surgimento. Foucault (2008), em entrevista concedida a G. Raulet, em 1983, enfatiza que nenhum daqueles que, por vontade ou à força, receberam a etiqueta de estruturalista sabiam exatamente do que se tratava, deixando claro que o estruturalismo não era uma criação francesa, mas que as análises deveriam ser feitas a partir do formalismo que atravessa a cultura ocidental durante todo o século XX.

Localizamos na obra de Peters (2000) a indicação da origem das teses do estruturalismo. Segundo esse autor, o estruturalismo se desenvolve a partir da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson na virada do século XIX para o XX. Para ele, foi Jakobson que primeiramente cunhou, em 1929, o termo “estruturalismo” para “designar uma abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado” (PETERS, 2000, p. 22).

Por sua vez, Silva (2011) destaca que o estruturalismo linguístico de Saussure dominou a cena intelectual dos anos 50 e 60 e atravessou campos diversos quanto a Linguística, a Teoria Literária, a Antropologia, a Filosofia, a Psicanálise e influenciou figuras destacadas como Claude Lévi-Strauss e Louis Althusser, bem como, em suas respectivas primeiras fases, Roland Barthes e o próprio Michel Foucault.

Mas qual melhor definição é adequada ao estruturalismo? Segundo Silva (2011), na sua concepção mais geral, o estruturalismo define-se, obviamente, por privilegiar a noção de estrutura e parte das investigações linguísticas de Saussure que enfatizavam as regras de formação estrutural da linguagem e a oposição entre língua e fala.

A língua é o sistema abstrato de um número bastante limitado de regras sintáticas e gramaticais que determina quais combinações e permutações são válidas em

qualquer língua particular. A língua é a estrutura. A fala é a utilização concreta, pelos falantes de uma língua particular, desse conjunto limitado de regras (SILVA, 2011, p. 118).

De outro lado, Michel Foucault destaca que:

Certamente, aqueles que aplicavam o método estrutural em domínios muito precisos, como a linguística, a mitologia comparada, sabiam o que era o estruturalismo, mas desde que ultrapassavam esses domínios muito precisos, ninguém sabia ao certo o que isso era” (FOUCAULT, 2008, p. 307).

Conforme afirma Peters (2000, p. 26), “[...] embora Foucault nunca ter se declarado estruturalista, ele reconhece que o problema discutido pelo estruturalismo era um problema muito próximo de seus interesses”. Para Foucault (2008, p. 323), “[...] atrás do que se chamou de estruturalismo, havia um certo problema, que era em geral o do sujeito”. A problematização do sujeito, inclusive, permeou toda a obra de Michel Foucault.

Para compreensão da definição do pós-estruturalismo é válido ressaltar que muitas vezes este é confundido com pós-modernismo, pois não se trata de um momento histórico, mas,

Devemos interpretar o pós-estruturalismo, pois, como uma resposta especificamente filosófica ao status pretensamente científico do estruturalismo e à sua pretensão a se transformar em uma espécie de megaparadigma para as ciências sociais. O pós-estruturalismo deve ser visto como um movimento que, sob a inspiração de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e outros, buscou descentrar as “estruturas”, a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista (PETERS, 2000, p. 10).

As análises de Silva (2011) apresentam que o pós-estruturalismo continua e, ao mesmo tempo, transcende o estruturalismo a partir das seguintes características: a) partilha com o estruturalismo a ênfase na linguagem como um sistema de significação; b) o conceito de diferença torna-se radicalizado; c) radicaliza-se a crítica do sujeito do humanismo e da filosofia da consciência feita pelo estruturalismo. O sujeito não passa de uma invenção cultural, social e histórica; d) questiona de forma mais radical a noção de verdade. A questão não é, pois, a de saber se algo é verdadeiro, mas, sim, de saber por que esse algo tornou-se verdadeiro; e) desconstrói os binarismos masculino/feminino, heterossexual/homossexual, branco/negro, científico/não-científico. Destacam-se como teóricos expoentes do pós-

estruturalismo e que influenciaram a disseminação das ideias no campo Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Kristeva, Jacques Lacan, entre outros.

Os estudos pós-estruturalistas têm como uma das principais ênfases a crítica à concepção de sujeito oriundo das teses iluministas, que o caracteriza como racionalista, autônomo (individualista), centrado e, as *verdades* construídas, são consideradas universais e consolidam-se como metanarrativas.

Na crítica pós-estruturalista esse sujeito passa a ser constituído por múltiplas identidades que circunscrevem as práticas sociais e culturais, discursivas ou não discursivas e que também se encontram nas relações de poder e saber entre os grupos e nas instituições. Deriva dessa crítica o sujeito que era pensado apenas sob o olhar do referencial masculino, de cor branca, heterossexual, e agora passa a ser visto com outras identidades, múltiplas, fluídas, cambiantes, às quais foram ocultadas historicamente pelo discurso hegemônico.

Outra vertente teórica imbuída pela crítica pós-estruturalista pode ser encontrada nos estudos da *Teoria Queer*<sup>6</sup> e suas problematizações lançadas no campo da cultura e que têm como alvo mais imediato e direto o regime de poder-saber “[...] que permite pensar a ambiguidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero, mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação” (LOURO, 2008, p. 47).

Os estudos pós-estruturalistas baseados na *Teoria Queer* que usualmente recorrem a Derrida, Foucault e Lacan em suas análises e teorizações apelam:

Para estratégias descentradoras e desconstrutivas em suas análises. Sua produção tem pretensões de ruptura epistemológica; portanto, esses teóricos e teóricas querem provocar um jeito novo de conhecer e também pretendem apontar outros alvos do conhecimento. De modo geral, não produzem textos “propositivos”; neles se encontram poucas indicações sobre políticas programáticas afirmativas. A oposição binária heterossexualidade/homossexualidade ganha centralidade nas análises de quase todos, uma vez que entendem ser essa uma oposição que articula as práticas sociais e culturais, que articula o conhecimento e o poder e que contribui para produzir os sujeitos (LOURO, 2008, p. 59).

---

<sup>6</sup> De acordo com Louro (2008), *Queer* “é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (p. 7-8).

Assim, vê-se que os estudos pós-estruturalistas, em uma vertente pós-crítica, ao enunciar os problemas contemporâneos, dentre eles os educacionais, nos traz do mesmo modo a possibilidade de problematizar e refletir sobre a governamentalidade liberal e capitalista que afeta a escola e seus agentes, sendo a nosso ver o campo da educação espaço discursivo profícuo para o trabalho investigativo a partir desse *corpus* teórico.

Outra importante contribuição dos estudos pós-estruturalistas encontramos no planejamento, problematização e prática da pesquisa. Para navegar nos labirintos da pesquisa científica desta pesquisa é crucial assumir uma postura hermenêutica pós-crítica que questione os métodos tradicionais, os quais estão vinculados a uma concepção de ciência pautada sob as orientações dos cânones investigativos da ciência positivista.

Concordamos com Corazza (2007, p. 120-121) ao afirmar que:

Nos estudos das teorizações pós-estruturalistas, não encontro nenhum critério que autorize alguém a selecionar esta ou aquela metodologia de pesquisa. Justo porque não é por tal ou qual método que se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos “toma” no sentido de ser para nós significativa. E como nos toma? Ora (e é aí que estamos a pleno no labirinto “pós”), cada prática de pesquisa é uma linguagem, um discurso, uma prática discursiva, que sempre está assimilada pela formação histórica em que foi constituída. Formação histórica esta que marca o lugar discursivo de onde saímos; de onde falamos e pensamos; também de onde somos faladas/os e pensadas/os; de onde descrevemos e classificamos a(s) realidade(s).

Vê-se, então, que o desenvolvimento de uma prática de pesquisa pós-estruturalista exige do pesquisador um olhar atento para as suas escolhas, as quais delinearão seus achados, sob pena de aprisioná-lo aos modelos tradicionais de construção e interpretação dos dados. Vale atentar que,

Uma prática de pesquisa é um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar; uma forma de interrogar, de suscitar acontecimentos, de exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle [...]; de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder; de estarmos inseridas/os em particulares processos de subjetivação e individuação. Portanto, uma prática de pesquisa é implicada em nossa própria vida. A “escolha” de uma prática de pesquisa, entre outras, diz respeito ao modo como fomos e estamos subjetivadas/os, como entramos no jogo de saberes e como nos relacionamos com o poder (CORAZZA, 2007, p. 121).

De fato, se há um jogo de aproximação com o nosso campo de pesquisa em educação, seja nos espaços escolares, nos documentos<sup>7</sup> ou sujeitos, tal *escolha* é processada nos contatos, inserções, diálogos, observações e registros que vão constituir o *corpus* da pesquisa e, quiçá, criar linhas de fuga que apontem outras formas de produção de conhecimentos que subvertam as relações saber-poder e cartografem outras formas de constituição de saberes. O ato de pesquisar que problematizamos nesta reflexão intenciona “[...] fugir das explicações de ordem ideológica, das teorias conspiratórias da história, de explicações mecanicistas de todo tipo: é dar conta de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas” (FISCHER, 2012, p. 112).

Do ponto de vista metodológico, percorrer os labirintos da pesquisa pós-estruturalista em educação, implica pensar os caminhos e estratégias a serem utilizadas para compreensão do objeto investigativo e, a nosso ver, a ferramenta *arqueogenealógica* foucaultiana consiste em um importante referencial.

Embora não seja adequado falar em uma metodologia em Michel Foucault, cuidadosamente discutiremos o processo metodológico resguardando as diferenças e rupturas que esse autor questiona em relação às metodologias tradicionais. As investigações de Veiga-Neto (2009) acerca das (im) possibilidades das teorizações metodológicas foucaultianas revelam que se pensarmos “[...] método e teoria em seus sentidos mais amplos/*softs*, estaremos corretos ao dizermos que a arqueologia e a genealogia são *métodos foucaultianos*. Mas, em parte para evitar as exigências impostas pelos rigores conceituais da tradição moderna, Foucault geralmente evita falar em método” (VEIGA-NETO, 2009, p. 89).

Cascais (1993, p. 78) denomina *arqueogenealogia* o método que Foucault usa “[...] para analisar o que designa como o ‘sujeito’, indaga as formas e as modalidades da relação a si pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito”. Segundo Veiga-Neto (2009, p. 91-92):

A chamada teoria foucaultiana do sujeito e suas correlatas metodologias são mais ferramentas do que máquinas acabadas [...]. O ponto de partida de Foucault jamais foi uma teoria que lhe dissesse o que é ou como deve ser o sujeito, como deve ser

---

<sup>7</sup> Fischer (2012) com base nos referenciais foucaultianos da pesquisa em educação sugere que “a investigação de mínimos documentos relativos a tantas práticas tornem-se verdadeiros monumentos, permitindo que nos defrontemos com coisas ditas e coisas feitas, fatos por vezes surpreendentes, por vezes aparentemente inócuos, mas sempre questionados naquilo que até então tinham de óbvios, e mostrados a partir de saliências, reticências, discontinuidades, acasos históricos” (p. 16).

uma instituição, como deve ser uma moral, e assim por diante. Jamais foi uma teoria-figurino que ele depois viesse a usar como medida-padrão-modelo-gabarito, na montagem de um método, para identificar o *quanto*, o *porquê*, o *como*, o *em que* cada um se afastou daquilo que deveria ser como sujeito; ou cada instituição, ou cada configuração social e política, ou cada código moral etc. se afastou de um suposto modelo.

Dito isto, na análise interpretativa foucaultiana, a arqueologia e a genealogia são dois conjuntos complementares. Para Foucault (2005a), a arqueologia “[...] procura cercar as formas de exclusão, da limitação, da apropriação [...]; mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas” (p. 60). E, “[...] quanto ao aspecto genealógico, este concerne à formação efetiva dos discursos [...]; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular” (FOUCAULT, 2005a, p. 65).

Na obra *Arqueologia do Saber* (2005b), Foucault elabora alguns princípios que se vinculam a análise arqueológica. Para ele:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como *documento*, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento* [...]. O problema dela é [...], definir os discursos em sua especificidade [...]. Não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto (FOUCAULT, 2005b, 157-158).

De outro lado, a genealogia aponta outros princípios que se formaram com o apoio arqueológico. No prólogo da *Genealogia da Moral* (parágrafo 7), Nietzsche (1998) declara “[...] que uma outra cor deve ser mais importante para um genealogista da moral: o cinza, isto é, a coisa documentada, o efetivamente constatável, o realmente havido, numa palavra, a longa, quase indecifrável escrita hieroglífica do passado” (p. 13). O cinza é uma cor indefinida, que pode ser vista em diferentes tonalidades e a genealogia exige um trabalho minucioso e busca as marcas no que é considerado desprezível.

Na obra *Microfísica do Poder*, Foucault (2004), em seu texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, utiliza a reflexão nietzschiana e destaca que “[...] a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha como pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2004, p. 15).

De acordo com esse autor em um trabalho genealógico é necessário:

Um indispensável demorar-se: marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos; [...]. A genealogia exige, portanto, a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência (FOUCAULT, 2004, p. 15).

As problematizações que são efetivadas no âmbito da pesquisa crítica pós-estruturalista não podem se inscrever no campo das *origens*, demarcando as mudanças e evoluções do objeto, afinal,

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua ‘origem’, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras, enfim retiradas, como o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *basfond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda (FOUCAULT, 2004, p. 19).

Assim, a partir de Foucault é possível apreender uma nova atitude metodológica “[...] a de prestar atenção à linguagem como produtora de discursos, como inseparável das práticas institucionais de qualquer setor da vida humana” (FISCHER, 2012, p. 104). Veiga-Neto (1995) enfatiza que o pensamento foucaultiano está amplamente difundido no campo educacional e o que ele nos mostra “[...] não é certamente a possibilidade de construirmos um paraíso utópico, mas o contrário: a necessidade de colocar tudo sob suspeita – até mesmo os fundamentos racionalistas e humanistas que sustentam nossos discursos e práticas e que nos prometeram as utopias” (p. 49) e conclui que “[...] é dessa atitude hipercrítica que podem nascer nossas pequenas revoltas” (idem).

Dessa forma, a utilização das ferramentas *arqueogenealógicas* de Michel Foucault, não podem ser consideradas uma “camisa de força” para se chegar ao ponto de chegada, mas servem de bússola para orientar nossa problematização enquanto atitude radicalmente crítica com vistas à compreensão das relações de saber-poder que circundam as práticas discursivas e não discursivas dos objetos de estudos e investigação que planejamos. Afinal, conforme enfatiza Corazza (2007), a pesquisa pós-crítica não permite saber tudo. As verdades são parciais. Ela é uma pesquisa de “invenção” não de comprovação do que já foi sistematizado. Sua principal contribuição é apenas de ser aproveitável por outros/as

pesquisadores/as, como uma “sementeira” de sentidos imprevistos. Ela implode o sistema consensual das formas em que habitualmente compreendemos, falamos e escutamos.

## REFERÊNCIAS

- CASCAIS, Antonio Fernando. Paixão, morte e ressurreição do sujeito em Foucault. **Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Cosmos, n. 19, p. 77-117, 1993.
- CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos I**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.
- COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 36-61, mai./ago. 2003.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2005a.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2005b.
- \_\_\_\_\_. 1983. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos II: Arqueologia das Ciências Humanas e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Linhas de escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias críticas do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

\_\_\_\_\_. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber Costa (org.). **Caminhos investigativos I**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. Teoria e método em Michel Foucault: (im) possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009.